



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1842/15	DATA: 24/09/2015	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 10h36min	TÉRMINO: 12h06min	PÁGINAS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há orador não identificado.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Ordinária da CPI dos Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas das 8ª e 9ª reuniões. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das referidas atas.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Solicito a dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Solicitada a dispensa pelo Deputado Rocha, em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, em votação. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Esta reunião foi convocada para deliberação de requerimentos.

Informo a V.Exas. que o Deputado Pedro Cunha Lima requereu, com base no art. 114, inciso V, do Regimento Interno, e esta Presidência deferiu, a retirada de tramitação dos Requerimentos nºs 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 105, 106, 107, 108 e 109, todos de 2015.

Informo também que o Deputado Marcus Pestana requereu, com base no mesmo artigo do Regimento, a retirada de tramitação dos Requerimentos nºs 85 e 97, ambos de 2015.

Passemos à deliberação dos requerimentos constantes da pauta. Não foi possível construir acordo.

Requerimento nº 1, de 2015, dos Srs. Hissa Abrahão e Carmen Zanotto, que *“requer sejam tomadas providências necessárias para que seja convocado o Sr. Alberto Youssef”*.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, inicialmente, há uma proposta aqui, hoje, quanto a esses 91 requerimentos. Há requerimentos aqui que cada partido não quer que sejam contemplados. Há requerimentos aqui, como o



Requerimento nº 38, por exemplo, relacionados ao METRUS, em São Paulo. Parece que foi pedido para que os Requerimentos nºs 35, 36 e 37 não entrem na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já há requerimento de retirada de pauta sobre a mesa.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Então, Sr. Presidente, segundo: há uma série de requerimentos aqui, aos quais somos favoráveis. Agora, eu quero saber se V.Exa. vai querer votar nominalmente todos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vou. Não há acordo, Deputado Paulo Teixeira. Vamos votar um por um os itens da pauta, sem problema nenhum.

Em votação o Requerimento nº 1, de 2015. (*Palmas.*)

Alguém mais deseja encaminhar? (*Pausa.*)

Em votação o Requerimento nº 1, de 2015, que *“requer que sejam tomadas as providências necessárias para que seja convocado o Sr. Alberto Youssef”*.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 2, de 2015, dos Srs. Hissa Abrahão e Carmen Zanotto, que *“requer que sejam tomadas as providências necessárias para que seja convocado o Sr. João Vaccari Neto”*.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para discutir, tem a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, se V.Exa. entender que doravante há um acordo... Senão nós vamos discutir um por um. Quero perguntar a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Se doravante tiver o acordo, nós faremos o acordo.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Então, eu quero saber se V.Exa. tem as duas questões que foram acordadas: o prazo... O que V.Exa. está fazendo, a partir desse processo aqui... V.Exa. quer, na minha opinião, estabelecer desta CPI a mesma CPI da PETROBRAS, e nós temos duas CPIs aqui. Então, há certos temas



que serão discutidos na PETROBRAS e certos temas que serão discutidos aqui. Então, eu indago V.Exa. se quer discutir o acordo agora. Todo o procedimento aqui será feito mediante acordo. Se V.Exa. não quiser, nós vamos discutir todos os requerimentos aqui, agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Podemos discutir Deputado Paulo Teixeira. Não há nenhum problema.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Indago V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Houve a sugestão de acordo, V.Exa. é que não aceitou.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não, não. Eu indago V.Exa. se quer o cumprimento do acordo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pela ordem, com a palavra o Relator, Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Veja só, nós temos na pauta 90 itens para discutir. Se discutirmos item a item aqui, nós não vamos conseguir avançar. Lá no final, há alguns requerimentos de minha autoria que são essenciais, para nós darmos continuidade ao trabalho. São requerimentos recentes. Conforme a documentação vem chegando e as oitivas vão sendo realizadas nesta Comissão, nós vamos produzindo requerimentos. É necessário. E se nós fizermos aqui o embate de item por item, nós não vamos votar isso tudo. E para a relatoria são muito importantes alguns itens, por exemplo, a requisição de funcionários da CVM e também da Polícia Federal, que é o delegado da Polícia Federal. Eles têm que vir para cá com diárias, com recursos da Câmara dos Deputados, porque eles pediram isso. Se nós não aprovarmos, nós não vamos tê-los aqui, e a relatoria ficará sem esses profissionais, que são essenciais ao nosso trabalho. E há outros requerimentos aqui.

Eu gostaria de pedir ao Presidente e também ao Deputado Paulo Teixeira, porque me parece que o Governo e a Oposição estão negociando o que se vai pautar e o que não, que nós pudéssemos fazer sim um acordo, para votarmos pelo menos os principais pontos essenciais aos trabalhos desta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputado Enio Verri. V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Com todo o respeito, lógico, a quem é Oposição e a quem é Governo, nós fomos bem-sucedidos na experiência passada, com uma enorme quantidade de nomes. Nós vamos tentar construir nesse mesmo nível, que seja muito mais rápido e proveitoso para a nossa CPI. Não se trata de não querer chamá-los, mas vamos tentar discutir o que é consenso. E haverá, naturalmente, um momento em que haverá uma redução de nomes. E aí, nesse momento, será inevitável que sejam convocados. Mas enquanto tivermos uma opção muito grande — e temos que ouvir todos —, nós vamos tentar construir um consenso, até chegar naquele momento em que, quanto aos nomes que restarão, não caberá mais negociação.

Parece-me que isso pode ser muito mais rápido e eficiente. A CPI tem andado muito bem em termos de convocação e acordo. V.Exa., Sr. Presidente, tem-se mostrado disposto a isso. Então, eu faria um apelo para que pudéssemos manter a mesma postura que mantivemos até agora, porque isso tem feito com que tenhamos andado bastante rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A ideia é esta, Deputado Enio Verri, e também é a do Relator: termos uma pauta que identifique os caminhos que nós queremos seguir, até porque esta é uma Comissão de investigação, e ela tem que investigar. Nós estamos colhendo informações. Nós não temos uma Lava-Jato ao lado que entrega a informação depurada para nós. Então, nós temos que investigar. Colhemos muitas informações e temos de avançar. Não dá pra ficar só ouvindo... Dos muitos requerimentos, inclusive, que estão aqui — é importante dar conhecimento às senhoras e aos senhores —, a grande maioria é de solicitação de informações, porque é preciso começar pelas informações. Outra grande parte dos requerimentos é para pessoas que já estão, às vezes, até convocadas, mas é preciso — e aí é burocracia do Regimento — colocar esses requerimentos para aprovação, a fim de que os autores tenham a prerrogativa de falar como autor na hora da inquirição.



O acordo — e aí eu peço a atenção das senhoras e dos senhores — dos requerimentos de consenso que existem, após aprovação já do item 1, são os seguintes: 13...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, o consenso depende de dois aspectos. O primeiro aspecto é: se tiver acordo de todo mundo, que é esta única agenda aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu vou falar qual é a proposta que existe. Tem que ser como V.Exa. disse, saber dos outros Deputados se existem sugestões ou não, e se essas sugestões deles serão acatadas. Isso significa consenso. Se não tiver consenso, Deputado...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Aí é um por um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ...aí vai um por um. A questão é essa.

São os itens 13, 19, 23, 25, 31, 38, 39, 40, 51, 52, 53, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 79...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - O item 79, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O item 79, sim. O convocado vai ser ouvido, inclusive, terça-feira.

São objeto do acordo também os itens 85, 87 e 89.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E o item 91, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esses que eu citei...

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - O item 72, Presidente.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - A pauta não tem o item 91, não. Entrou quando? (*Pausa.*) Foi publicado ontem? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu quero transmitir a V.Exas. que esta é a pauta proposta pela Liderança do Governo, que seria consenso. O consenso é feito...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Apenas quero lembrar que a pauta proposta por nós foi menor que esta. Eu cheguei a este acordo ouvindo V.Exa. e o Deputado Sérgio sobre outras demandas aqui dentro. Não foi proposta pela Liderança do Governo, V.Exa. me desculpe.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a V.Exa. No diálogo com a Presidência e com o Relatoria, decidiu-se que votaríamos em bloco — já tendo escutado alguns dos Parlamentares — o que seria consenso. Mas existem Deputados, como o Deputado Marcos Vicente, que falou ali, o Deputado Raul Jungmann e o Deputado Fernando Francischini, que desejam fazer solicitação de inserção neste consenso. Cabe agora fazer a avaliação. Vou dar a palavra ao Deputado Marcus Vicente, ao Deputado Fernando Francischini e ao Deputado Raul Jungmann.

Com a palavra o Deputado Marcus Vicente.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sr. Presidente, o item 72 prevê o convite ao Sr. Guilherme Lacerda, Diretor da FUNCEF durante 8 anos. Tem tudo a ver com o assunto, é muito importante, e sabemos das ligações. Eu acho que é uma investigação que nós, da CPI, precisamos conhecer. Por isso, eu insisto na aprovação do requerimento e no consenso sobre o item 72. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Fernando Francischini com a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, primeiro, acho que, por ter sido o último requerimento apresentado ontem à noite, quando V.Exa. fechou a pauta, o item 91 não está constando na pauta que foi distribuída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na pauta eletrônica consta?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu queria só que V.Exa. confirmasse que está pautado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, não há como repetir os itens sobre os requerimentos do acordo? Foi muito rápido, eu não consegui acompanhar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim, foi muito rápido. Vou repeti-los a V.Exas.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a defesa do item 91 e explicar o porquê do pedido de inserção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Fernando Francischini.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, há dias estamos nesta CPI à busca do fio da meada, da ponta de um *iceberg* ou de um delator que pudesse nos colocar dentro, dizendo como as fraudes dos fundos de pensão estão acontecendo. Então, eu queria chamar a atenção de todos os membros da CPI para o requerimento que foi distribuído, que é o item 91 da pauta.

No exercício do meu poder parlamentar e da imunidade, eu tive acesso à proposta de delação premiada do Sr. Nestor Cerveró, Sr. Presidente. Nessa proposta de delação, o Sr. Cerveró nos traz uma notícia direta de tráfico de influência na PETROS: que, em determinado momento, em 2011, recebeu uma ligação telefônica do Senador Edison Lobão, então ministro de Estado de Minas e Energia, pedindo que ele realizasse gestões para fazer com que o Banco BVA recebesse aplicações da PETROS, que chegaram a 1 bilhão e 300 milhões de reais. Sabemos que meses depois o Banco BVA foi fechado pelo Banco Central. O prejuízo de milhões de reais sobrou para a PETROS. O Sr. Nestor Cerveró lista o nome do seu Gerente de Operações Financeiras, chamado Fernando Matos, que estava atrapalhando o trabalho do BVA, que estava em conluio com outras autoridades políticas para fazer esse verdadeiro assalto aos cofres da PETROS.

Nós temos notícias diretas de que esse processo de delação vai ser homologado nos próximos dias. E nós temos a oportunidade de esta CPI ser uma CPI de verdade, de ouvir aquele que está entregando realmente um esquema político de influência dentro da PETROS e que, com certeza, vai abrir outros.

Eu realizei um levantamento básico, Sr. Presidente, e descobri empresas que tinham como conselheiros coincidentes o Sr. Alexej, que já esteve aqui, conhecido como Russo; o Sr. Fernando Matos e o Sr. José Augusto Ferreira dos Santos, o controlador do Banco BVA em conselhos de empresas. Ou seja, eles abriam empresas que recebiam os empréstimos do BVA. Os controladores do banco, que recebiam aplicações da PETROS, abriam empresas e desviavam dinheiro público. Nós temos a oportunidade de ouvir um delator que quer falar sobre fundos de pensão.

Então, se nós queremos fazer uma coisa verdadeira e não fazer um jogo de cena ou disputa política, esse é o relatório mais importante da CPI até agora, porque nós vamos ouvir alguém que pode trazer informações de dentro de um esquema que



foi perpetrado, e com figuras dos outros fundos — o Sr. Alexej passou em outros fundos — e outras pessoas também. O BVA também teve aplicação de outros fundos. Então, o fio da meada, porque nós podemos começar uma investigação que vai nos levar a uma CPI que vai investigar isso, está aqui, neste requerimento, Sr. Presidente.

Por isso eu faço um pedido, independentemente das cores partidárias. Se nós queremos apurar os fatos e mostrar à população brasileira que nós vamos levantar quem roubou os fundos de pensão — e não importa a cor partidária aqui, importa é que é dinheiro público, dinheiro de pessoas que têm a sua aposentadoria nas nossas mãos —, peço o apoio de todos para incluir o item 91 no acordo.

Há outros requerimentos, Sr. Presidente, que envolvem outros fundos de pensão e que nós vamos apoiar também. Acho que é importante a CPI ouvir todos os espectros das denúncias que nós temos aqui, mas queria que V.Exa. ajudasse a costurar esse acordo, para que todos os itens da pauta fossem aprovados, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, quero apenas solicitar a V.Exa. que submeta ao Plenário um requerimento que nós enviamos à Mesa para que nós procedêssemos a uma votação global exatamente deste conjunto de requerimentos, para que não o fizéssemos um a um, porque isso tomaria um tempo assaz excessivo de todos aqui presentes.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, Deputado Raul Jungmann. A votação global só se dá por consenso, e o consenso foi obtido nas últimas duas reuniões administrativas. Não havendo consenso, o Regimento impõe que os requerimentos devem ser votados um a um. Então me parece que, como o consenso está difícil ser obtido, nós vamos tentar caminhar — ou não — para essa situação, votar um a um.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado João Arruda.



O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Eu queria pedir para incluir no acordo o item 71, que é Requerimento nº 337, que *“requer convocação dos Senhores Lício da Costa Raimundo e Thaís Gaudino Brescia, Diretor e Coordenadora de Investimentos, respectivamente, da Empresa PETROS — Fundação Petrobrás de Seguridade Social, para que venham explicar sua relação com o Banco BVA suas coligadas”*.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A relatoria concorda.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Aceito na inclusão da pauta também o requerimento do Deputado João Arruda.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, pela ordem. Eu deveria ter lembrando anteriormente que eu tenho três requerimentos extrapauta. Eu pediria que eles fossem votados, pediria que fossem incluídos na pauta e que pudessem ser votados, por favor, antes de iniciar o caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esse não está aqui.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra Deputado Enio Verri e, depois, o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Obrigado, Sr. Presidente. Eu fiz um apelo, é claro que foi individual, mas eu volto a repetir o que eu disse. Conversei agora com o Deputado Fernando Francischini. Vai chegar um momento em que alguns nomes em que não há acordo neste momento serão quase que só eles, e necessariamente virão à CPI.

Dentro dessa lógica, o melhor caminho é nós, agora, votarmos tudo em que há acordo — que é um bom pacote, é um bom pacote. Votamos e vamos continuar o trabalho. Quer dizer, por eliminação, vai chegar uma hora em que esses nomes serão aprovados e virão à CPI.

Então, o apelo que eu faço é para que haja acordo. Não se trata agora de dizer o seguinte: *“Se não for votado hoje, não será votado mais”*. Pelo contrário, V.Exa. disse muito claramente na primeira reunião que, não sendo fruto do acordo agora, ele voltará para negociação futura. Então me parece que o melhor momento para continuarmos no ritmo que estamos seguindo, que é bom, é fecharmos o que temos de acordo, que são bons nomes e nos darão um bom trabalho. Nós vamos ter



que ouvir as pessoas que estão no acordo de qualquer maneira. Então, estamos brigando por uma coisa numa hora que não é para brigar. Vamos fechar o acordo, vamos trabalhar, vamos ouvir isso tudo. Vai chegar uma hora que vão sobrar os que estão fora do acordo e teremos que ouvi-los. Isso não muda a ordem das coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para chegarmos ao acordo aqui, estão faltando dois requerimentos. Aí gostaria de ouvir o Deputado Paulo Teixeira sobre eles, porque senão não haverá consenso e teremos que votar um a um. Um dos pedidos é do Deputado Fernando Francischini. O do Deputado João Arruda já foi acatado.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Deixe-me fazer um apelo ao Deputado Fernando Francischini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deixo-o falar já.

O do Deputado Raul Jungmann...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas isso é na pauta, Deputado Raul.

Os do Deputado Raul Jungmann já foram acatados: os itens 61, 68 e 69.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Já estão no acordo o item 68, o 69 e 61, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já há três requerimentos, Deputado Raul Jungmann, de V.Exa. que estão no acordo, que correspondem aos itens 61, 68 e 69. Podemos avançar?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Podemos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, não quero criar nenhuma complicação, mas gostaria só de consultar o Plenário. Acho que o procedimento está correto: votar em bloco o que for consenso e, individualmente, os requerimentos que não forem consenso.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não, não. O acordo é votar somente os consensuais, o bloco.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E os individuais não podem seguir na pauta depois? Qual a dificuldade disso tudo?



O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - O que estamos buscando é um acordo, um entendimento.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Essa é a sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Samuel Moreira, a questão é a seguinte: se houver consenso, a pauta poderá ser votada em globo. Se não houver consenso nesta pauta, para encerrar com ela, nós votaremos os itens um a um. É essa a proposta que está sendo posta.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Inclusive votaremos aqueles que eventualmente se queira tirar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, eu compreendo. Eu só achei que nós iríamos votar o que fosse consenso de uma vez e entrar na pauta depois, até para aliviar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O consenso é objeto de acordo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas eu não sei se concordo, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Entendendo perfeitamente a ponderação dos colegas, mas acho que é muito prudente votar o acordo para poder prosseguir os trabalhos e, num segundo momento, começar a discutir individualmente cada requerimento, talvez numa outra reunião. Eu acho muito prudente que seja assim, senão vai ficar improdutivo. Se for lido um por um, vamos passar o dia todo aqui e não vamos produzir o suficiente, de acordo com o ritmo desta CPI. Então, concordo com o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Paulo Azi.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Sr. Presidente, só para entender o encaminhamento que V.Exa. está propondo, pergunto se nós iremos votar inicialmente os requerimentos objeto do acordo e logo depois vamos iniciar a votação de outros requerimentos. É isso?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não. Encerra-se com a votação do acordo, a votação da pauta de hoje com o acordo de votação global, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Veja bem, Sr. Presidente, se a maneira como V.Exa. for conduzir a reunião for nesses termos, nunca iremos votar requerimentos que não sejam de consenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas é isso que está sendo colocado.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Essa já é a segunda votação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, V.Exa. está perfeito. É isto que está colocado: se nós faremos uma votação em globo, ou se vamos votar um a um.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Sim, mas a sugestão é votar em bloco os que estão acordados, e logo depois passa-se à votação dos outros, senão vamos aqui sempre...

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Mas aí não é acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Aí não é acordo, Deputado Paulo Azi, é votação um a um. É essa a situação.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O que eu quero esclarecer é o seguinte: existe objeção para que se vote em bloco aqueles que são objeto do acordo, ou só se faz acordo se só votarem esses?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa é a proposta colocada.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Só há acordo se votarmos esses. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exatamente. Se não, a votação é um a um.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, lembro que nós vamos ter que votar alguns desses do acordo nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Trata-se de quebra de sigilo. Quebra de sigilo, regimentalmente, só pode ser feita em votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Relator deseja fazer uso da palavra?



Com a palavra o Relator, Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Gostaria que V.Exa. depois se submetesse a ouvir os que estão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Estou ouvindo a todos, Deputado, é isso que estamos fazendo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo a esta Comissão, porque a relatoria tem um trabalho a cumprir. Se ela não conseguir aprovar alguns requerimentos hoje, o nosso trabalho será frustrado nas próximas semanas. Provavelmente vamos ter que fazer uma deliberativa na próxima semana, não vamos conseguir ouvir aqueles que já estamos programados para ouvir. Um acordo é bom para a relatoria, e acho inclusive que é bom para todos, para quem é do Governo e para quem é da Oposição.

Mais do que isso, nós temos aqui uma obrigação com essas entidades que fiscalizam e que estão preocupadas com o dinheiro que é deles, e nós temos que investigar isso. *(Palmas.)*

Se nós não conseguirmos caminhar aqui, vai virar o que esta CPI? Nós sabemos, há divergência de ideologias, de posições partidárias e de interesses dentro desta Comissão. Esta é a Casa da representação popular, o Brasil inteiro está representado aqui, de acordo com os seus partidos, mas a CPI tem que cumprir o seu papel.

Eu faço um apelo a esta Comissão para que nós possamos fazer um acordo para conseguirmos andar nos trabalhos desta CPI.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, vamos fazer um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Vitor Valim e, depois, o Deputado Fernando Francischini, o Deputado Raul Jungmann, Deputado Samuel Moreira e o Deputado Paulo Azi.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - V.Exa. resumiu muito bem o sentimento que deve ser de todos nós. Independentemente da base, da Oposição e de questões ideológicas, eu acho que o acordo não atrapalha que esses requerimentos individuais venham para a pauta na próxima sessão.



Eu acho ficarmos discutindo aqui é um embate desnecessário. Já que vai se votar em bloco, vota-se em bloco e resolve-se o problema desses requerimentos, para não retardar mais ainda a reunião. Na próxima, V.Exa., como um bom Presidente, que vem conduzindo brilhantemente este trabalho, pode colocar os requerimentos individuais.

Eu só queria fazer esse apelo a todos os Deputados que estão aqui para darmos celeridade aos trabalhos da CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - No mesmo sentido do Deputado Valim, Presidente, eu acho que V.Exa. poderia fechar esse acordo, marcando já a data da reunião deliberativa da semana que vem, em que faremos o embate necessário sobre os relatórios polêmicos. Eu, o Deputado Raul, o Deputado Milton faremos relatórios que necessitam de um embate político para a votação. Se V.Exa. já deixar a data da deliberativa marcada, nós não vamos atrapalhar o Relator, não vamos atrapalhar as entidades que estão ávidas por ver as pessoas importantes aqui sendo ouvidas. Mas, se derrubarmos esta reunião hoje, por não haver um acordo, ninguém vai ser ouvido na semana que vem. Aí nós mesmos, sem o embate político, vamos destruir o trabalho.

Então, o acordo seria aprovar o bloco que em existe consenso, e V.Exa. deixar marcado o nosso embate dos relatórios polêmicos da semana que vem, para que não deixemos sem uma data marcada, parecendo que estamos varrendo para debaixo do tapete qualquer coisa nesta CPI. Não atrapalhamos o acordo, mas deixamos marcada a data da semana que vem, Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, eu estou ouvindo as propostas do acordo. Infelizmente, eu não participei dele, mas estou ouvindo e acho que o acordo está sendo complementado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Isso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu não percebi, mas tenho o item 60, idêntico ao do Deputado Paulo Azi, e não sei por que ele não poderia ser apreciado, já que trata do Ministro da Previdência, que é o Presidente do Conselho



Nacional de Previdência Complementar. Então, eu não tive a oportunidade nem de solicitar que ele seja incluído para uma possibilidade de acordo. Podemos discutir, podemos conversar, mas acho que o acordo ainda não está completo. Eu acho uma boa proposta votarmos em bloco e, na próxima semana, darmos sequência à deliberação de requerimentos, votando-os individualmente.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, a proposta está sobre a mesa.

Com a palavra o Deputado Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Obrigado, Presidente.

Faço duas observações. Primeiro, eu acho que nós poderíamos, pelo que eu tenho ouvido aqui e concordo com isso, fechar um acordo hoje da votação em bloco, como pede o Relator, e para um bom andamento do trabalho, desde que assegurado que na próxima semana teríamos uma nova reunião deliberativa.

No meu caso específico, eu tenho sobre a mesa três requerimentos que eu queria que V.Exa. incluísse em pauta, para ver se eles podem ser objeto, Deputado Paulo, do acordo em bloco. Se não puderem, vão ficar para uma próxima, mas, no meu entendimento, Sr. Presidente, se nós assegurássemos, na próxima semana, uma nova reunião deliberativa, não teríamos óbice a que se fechasse um acordo de votar o que é consenso.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Quero falar depois, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Paulo Azi.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Eu vou endossar a mesma opinião do Deputado Raul Jungmann e o do Deputado Fernando Francischini. Eu acho que esse pode ser o encaminhamento que dá equilíbrio a todas as manifestações da Comissão. Imagino que não haja, a princípio, nenhum óbice para que possamos encaminhar nesse sentido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Estamos avançando para um acordo.

Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.



O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, na linha do Deputado Fernando Francischini, quero apenas lembrar que está previsto para terça-feira nós ouvirmos o BNY Mellon e, na quinta, a CVM. Talvez, pudéssemos trabalhar na outra semana, se houver concordância do Deputado Raul Jungmann e do Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Poderia ser depois da audiência. Na hora em que acabar a oitiva, nós votamos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nós temos reunião de audiência, de oitiva de testemunhas, prevista para a próxima terça-feira com o Presidente do BNY Mellon, que tem uma relação muito importante, a ser esclarecida por esta Comissão, com o POSTALIS e, principalmente, com operações que ocorreram nos Estados Unidos, com a Atlântica Asset Management, do Fabrício Neves, que é um dos que estão com requerimento para ser apreciado e aprovado hoje, sobre a venda de títulos do POSTALIS para comprar títulos da dívida externa da Argentina e da Venezuela.

Então, é algo sobre o que nós temos que nos debruçar. Na próxima terça-feira, o Presidente do BNY Mellon estará presente. Na quinta-feira, teremos também uma audiência extremamente importante com o Presidente da CVM, e também com sua assessoria jurídica. A CVM — Comissão de Valores Mobiliários é o órgão responsável pela fiscalização. Existem diversos e diversos autos de fiscalização e de infração da CVM sobre operações relacionadas a fundos de pensão.

Na outra semana — já estou falando da segunda semana — nós teremos o João Carlos de Medeiros Ferraz, ex-Presidente da Sete Brasil. Ele teve contato com os fundos de pensão e arrecadou mais de 3 bilhões de reais de fundos de pensão para montar a Sete Brasil, que está no olho do furacão do escândalo de corrupção da PETROBRAS.

Nós temos outra agendada. Em que data? Então, para conciliar as propostas, qual seria a data da próxima reunião administrativa que nós faríamos? Seria somente na terceira semana seguinte. Teríamos a data do dia 15 de outubro. Nós já temos as audiências convocadas para esse dia.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - V.Exa. não pode convocar uma reunião extraordinária, Sr. Presidente? Para uma quarta-feira?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Aí vai caber à Comissão, dependendo dos fatos e do entendimento que nós podemos construir.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira. Em seguida, falará o Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Primeiro, nós fizemos um entendimento em relação ao conjunto de requerimentos. Inclusive, há um requerimento da Deputada Erika Kokay, que ela propôs para entendimento e agora está retirando. É o item 75. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É isso.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Então, a Deputada Erika Kokay pede que seja retirado esse requerimento do acordo.

Bom, a segunda questão é que, na primeira reunião, nós aprovamos mais de 50 requerimentos de convocação e, agora, nós estamos aprovando mais 30. Então, há 80 requerimentos; nós temos uma agenda grande.

Outro aspecto é que esse requerimento, dialogando com o Deputado Raul Jungmann, nós não o temos ainda, eu não tenho conhecimento dele. Então, se possível, peço que o coloquemos na próxima reunião administrativa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual deles?

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu estou dizendo colocá-lo na agenda para discutirmos, porque nós temos discutido um a um. E esse é um requerimento que não está na pauta. Os requerimentos do Deputado Raul Jungmann que estão na pauta nós já os aceitamos todos. Mas o Deputado Raul Jungmann apresentou um para ser analisado agora. Na correria, não é possível isso. Essas análises requerem um pouco mais de atenção.

Então, eu estou querendo aqui fazer um apelo ao Deputado Raul Jungmann para que nós discutamos isso na próxima reunião administrativa. Eu estou de acordo com a proposta do Presidente sobre a próxima reunião administrativa. Por quê? Porque também nós estamos fazendo uma CPI em que nós já decidimos convocações importantíssimas, e nós não conseguiremos ouvir as pessoas se nós tivermos reuniões administrativas regulares. Quer dizer, nós ouvimos, já nesta semana, dois grandes depoentes, um em reunião secreta e outro em reunião aberta.



Então, nós temos um calendário a ser cumprido, e, se nós fizermos toda semana reunião administrativa, o calendário...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Aí vai ser um prejuízo para a Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Para a Comissão.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Temos que programar isso.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Há tanta gente para ser ouvida, que nós não poderemos ouvir, porque nós estaremos fazendo uma série de reuniões administrativas. E, ao final, nós vamos decidir por chamar muita gente e não ouvir essa quantidade de pessoas. Então, eu acho que inclusive a data proposta pelo Presidente é uma data razoável para cumprir o calendário da nossa CPI.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Relator, o Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu queria fazer um encaminhamento de procedimento, Presidente. Nós estamos hoje numa reunião deliberativa e já marcando uma data para uma reunião deliberativa. Isso dá a todos os membros desta Comissão o tempo necessário para se articular, para conversar com a Relatoria, com a Presidência, com a Mesa desta Comissão sobre quais requerimentos e quais as razões, para que não afete o trabalho da Relatoria e dos Sub-Relatores também e eles possam proceder às suas investigações, o que é próprio da Sub-Relatoria. Então, o Presidente está sugerindo o dia 15. Há tempo hábil. Dia 15 acho que é uma boa data. Então, em cada reunião deliberativa, já deixamos marcada uma data para a próxima reunião deliberativa, mas sem prejuízo — eu acho que isso é importante, Deputado Paulo —, sem prejuízo de que, se precisarmos nesse meio tempo promover uma reunião deliberativa numa extraordinária, nós possamos promovê-la. É lógico que daí vai ser uma coisa a acordar: *“Olha, aconteceu um fato que atinge diretamente os interesses desta Comissão, e nós precisamos promover a oitiva de um ou de outro antes daquele, e não temos o requerimento aprovado”*. Eu acho que isso é importante.

Eu queria fazer então esta proposta de acordo de procedimento: a de que, sempre nas reuniões deliberativas, já deixemos agendada a próxima reunião



administrativa deliberativa, sem prejuízo de uma eventual extraordinária para debater algum tema que estava fora daquilo que constava em nossos requerimentos, em nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Samuel Moreira e, depois, ao Deputado Raul Jungmann.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, nós temos que ser aqui bem realistas. Nós estamos com dois requerimentos, itens 1 e 2, que convocam pessoas extremamente importantes a serem ouvidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O item 1 já está aprovado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E o item 2?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A convocação do Dr. Alberto Youssef...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - ...já foi aprovada.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim, o item 2.

Nós podemos ficar adiando a votação por 20 dias? Quer dizer, além de se querer que apenas se vote hoje em bloco, quer-se mais 20 dias para apreciar esse requerimento? Não acho essa a proposta mais adequada. (*Palmas.*) Acho que nós poderíamos fazer uma coisa mais justa, que pudesse realmente entrar num entendimento. Acho que a proposta é muito longa.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - V.Exa. concorda que nós votemos hoje os itens 35, 36 e 37 também, ou não?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Vamos dar uma analisada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Raul Jungmann e, na sequência, o Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - As ponderações do Deputado Paulo Teixeira, como sempre, devem ser levadas em conta. Eu apenas observo o seguinte, Deputado Paulo: os meus requerimentos, que estou colocando extrapauta, foi porque o Presidente, prudencialmente — eu me encontrava afastado por licença médica —, resolveu não colocá-los, dando oportunidade a outros. Eu não tive tempo de falar com ele. Então, o Presidente foi atencioso, mesmo com a nossa ausência.



Mas também quero dizer, Deputado Paulo, que esses requerimentos, na minha maneira de entender, já foram objeto inclusive de observações nossas em inquirições, oitivas anteriores, até situando o caso. Então, eles estão aí na pauta já há algum tempo. Evidentemente que, se V.Exa. se dispuser a dar uma olhada neles... Não estou exigindo nem cobrando isso, mas eu lhe asseguro, Deputado Paulo, que os estou colocando porque já me referi, em audiências anteriores, a esses nomes. Então, eu me sinto na obrigação de chamá-los, porque levantei uma questão. Eu não sou nada... Enfim, esse é o meu entendimento.

No que diz respeito à questão do prazo, eu apenas pondero o seguinte: a verdade é que as CPIs funcionam com essa dinâmica. Cabe ao Governo procurar evidentemente qualquer governo, no sentido de ter um filtro com relação a isso, e a Oposição quer sempre colocar mais, digamos, buscar fatos, porque essa é a dinâmica das CPIs. Não há nenhum problema com relação a isso. Entretanto, o que observo é que, mesmo que haja um grande número de requerimentos aprovados, há um filtro natural, que é o transcurso da CPI.

Então, nesse sentido, Presidente, pelo menos eu me sentiria um pouco mais, ou bastante mais confortável se nós pudéssemos antecipar um pouco essa data. E esclareço o porquê, embora entendendo relevante o ponto de vista do Sr. Relator: é que, de certa sorte, como nós vamos tentar sair pelo consenso, como parece nós vamos sair hoje, na verdade já existe um mecanismo de filtro estabelecido. Há um filtro, porque, se tudo der certo, Presidente, sob a sua Presidência, nós vamos resolver isso através de um acordo. Então, a outra contraparte é que tenhamos uma frequência melhor em termos disso.

Então, eu peço, data vênica, que, se o Presidente pudesse antecipar para uma extraordinária, nós poderíamos resolver isso aqui hoje sem maiores problemas. Atenderíamos ao pedido do Sr. ilustre Vice-Presidente a respeito de uma falta de consenso, pelo menos assim eu entendo que é a posição da Oposição, e queríamos uma antecipação de data, o que seria razoável para os dois lados. É apenas isso que eu gostaria de ponderar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu acho, Deputado Raul Jungmann — deixe a Mesa pronunciar-se —, que a proposta do Relator foi muito interessante. Por que eu, como Presidente, estou concordando com essa data da



agenda deliberativa? Porque eu sei que, até lá, eu tenho audiências a serem tratadas, e audiências importantes, como as que eu citei aqui. Então, eu também não posso fazer uma CPI só de deliberação de requerimentos sem ouvir as pessoas, sem colher as informações e sem investigar. Então, estou aceitando essa proposta e a encaminhando porque eu sei que até lá eu tenho uma agenda a cumprir — e é importante para a Comissão — dos requerimentos que já foram aprovados. Por isso, essa é a proposta de encaminhamento. Só que o Relator colocou muito bem que, havendo algum fato extraordinário nesse decorrer, uma audiência extraordinária pode ser convocada.

Com a palavra o Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, só quero reforçar o posicionamento do Deputado Samuel Moreira. Nós temos uma pessoa, que está no item 2 da pauta, que tem relação direta com as investigações desta CPI, e eu não vejo prejuízo de ser convocado um cidadão que foi citado em vários depoimentos, foi citado em matérias jornalísticas. Eu acredito que, sim, é importante a oitiva dele, para que nós possamos inclusive colher informações para inquirir outras pessoas.

Com relação aos itens 35, 36 e 37, sobre o que o Deputado Paulo Teixeira questionou o Deputado Samuel Moreira, eu não quero aqui acreditar — e estou começando a concluir isso — que existe alguém que trabalha para que esta CPI não dê em nada. (*Palmas.*) Os requerimentos da Deputada Erika Kokay dizem respeito a um caso no Estado de São Paulo que não guarda nenhum vínculo com o objeto desta CPI. E, ao que parece, pelo menos à primeira vista, é que o objetivo é simples: fazer com que esta CPI não ande, e é assim o acordo que está sendo feito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O acordo está sendo feito para ela andar, Deputado Rocha. Pode ter certeza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E sabemos os passos que temos de seguir para podermos alcançar os nossos objetivos.

Com a palavra o Deputado Edinho Bez e, na sequência, o Deputado João Arruda.



O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, estou observando aqui a pauta, e a minha pergunta é a seguinte: o nosso Relator, Deputado Sergio Souza, apresenta aqui um requerimento convocando o Presidente do Conselho Fiscal da Fundação da Petrobras de Seguridade Social. E temos outro aqui, também do Deputado Sergio Souza, que requer a convocação do Presidente do Conselho Fiscal da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF para prestar depoimento à CPI.

O 23 e o 24 já foram submetidos à votação? Têm prazo? São os itens 23 e 24, que convocam os Presidentes do Conselho Fiscal...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O 23 está no acordo.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Está no acordo. E o item 24? É muito importante isso aqui. É o Requerimento nº 144, de 2015...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Deputado Paulo Teixeira, eu não vejo problema com o item 24.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - ...*“que requer a convocação do Presidente do Conselho Fiscal da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF, para prestar depoimento à esta CPI”*.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Da minha parte, podemos incluir.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, só para complementar o que disse o Deputado Edinho Bez.

Deputado Edinho Bez, V.Exa. me permite?

Pelo Requerimento nº 90, o Sr. Sérgio Salgado foi ouvido ontem pela Polícia Federal. Ele era do Conselho Fiscal da PETROS. Então, no mesmo sentido, é um ex-Conselheiro Fiscal da PETROS que quer trazer todas as irregularidades mapeadas da PETROS e ser ouvido. Se a gente está fazendo uma investigação e quer chegar a algum lugar e ouvir o Sr. Sérgio Machado, que foi ouvido pela Polícia Federal ontem — trouxe cópia do depoimento e apresentou para mim —, seria importante esse acordo. Agora, se a gente não quer investigar nada, a gente não coloca esse no acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado João Arruda.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Só gostaria de saber do Relator sobre o item 24, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Relator está encaminhando ali com o Vice-Presidente.

Com a palavra o Deputado João Arruda.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Eu só queria contribuir, Presidente, parabenizando V.Exa. pela postura e dizer que nós concordamos com o acordo, que é necessário para dar celeridade, agilidade aos trabalhos da Comissão. É como V.Exa. mesmo disse, nós não podemos aqui aprovar requerimentos com que não tenhamos depois como trabalhar. Nós já aprovamos muitos, não conseguimos avançar nos trabalhos da Comissão, e agora há mais um bloco. E, se V.Exa. estabelecer o ritmo da Comissão assim, de que por acordo a gente possa debater, que os Líderes possam debater e apresentar esses blocos de apoio, nós vamos dar celeridade aos trabalhos da Comissão, vamos ajudar o Relator e ajudar o Presidente, porque senão a gente vai ficar aprovando requerimento, só requerimento e não vamos conseguir investigar nada nem apresentar nenhuma solução.

É isso, Presidente.

(Não identificado) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O problema está sendo a data, Presidente. Faça uma proposta de uma data mais próxima, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas eu tenho agenda de oitiva, para a gente poder avançar. Fato novo será tratado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Na verdade, eu quero só referendar, até para não parecer, assim, que daqui a pouco nós estamos fazendo um acordo que parece que estamos melando a CPI para acabar em *pizza*, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O acordo é de convocação de muita gente para falar.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Exatamente. Então, Presidente, eu quero aqui me somar à Mesa, porque eu acho que o acordo é fundamental. Vamos por etapa! Vamos por partes. E tem um fato novo, um fato mais relevante? Vamos trazê-lo à discussão, vamos trazer novos requerimentos. Sempre que um



fato for relevante, a importância do fato é que dá importância à Comissão. E nós não vamos deixar de apreciar aqui um fato relevante, um fato importante, por conta disso ou daquilo. A Comissão está andando bem, está avançando bem, está no caminho, está no rumo certo, ou seja, tem norte, tem direção.

E eu quero, então, reafirmar aqui o compromisso, porque eu acho que o acordo está bem, tem um bom tamanho. E fato novo nós vamos trazer aqui, não vamos nos encolher, até porque a CPI é maior do que um ou do que outro membro. Eu diria que ela é mais importante do que nós todos, porque ela dá a resposta à sociedade lá fora que está olhando para a gente. Então, nós vamos aqui nos relacionar bem para construirmos uma boa CPI, ter um resultado positivo e realmente apontar os culpados da questão dos fundos de pensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - O acordo é para construir o cronograma de trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu só creio que está praticamente fechado o acordo, exceto algumas algumas pontualidades. A título de sugestão, se fechássemos o acordo para votar em bloco e elencássemos das bancadas cinco requerimentos para votar individualizados hoje e o resto fica para um segundo momento, e votássemos cinco requerimentos de cinco indicações de convocação. Fazemos o bloco, cada bancada indica um ou dois, e fechamos cinco requerimentos individuais que as bancadas acham que são importantes para serem convocados imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nós temos aqui as propostas dos itens 24, 71, 72 e 91, que foram colocadas na mesa para avançar.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Presidente, por favor, Presidente...
(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, quando nós fizemos o entendimento, o Presidente colocou: *“Olha, eu fui procurado por tais e tais e tais Deputados me pedindo para não votar tais e quais requerimentos”*. Está certo? E,



então, entendi que aqueles requerimentos estariam dentro do entendimento. E nós expandimos o entendimento. Há requerimentos aí que eu acho que, numa nova administrativa, nós podemos incorporar. Mas hoje esses entendimentos nossos já foram entendimentos que foram extensamente discutidos. Então, o que nós estamos querendo pedir é que esse entendimento, que vai na direção da continuidade da investigação, na direção de a gente poder ouvir uma série de pessoas que já foram convocadas, inclusive essas aqui, que nós possamos seguir essa proposta do Presidente e, com mais vagar, analisarmos os requerimentos da próxima convocação.

Eu até dialoguei com um dos Deputados nossos aqui — ele trouxe um dos temas, e eu até ponderei sobre um aspecto —, e não é um requerimento problemático. O que nós queremos é manter esse clima de entendimento. O Presidente foi porta-voz de uma série de outros pedidos, e nós os englobamos todos. Por isso, esse entendimento nós podíamos consagrar. Porque se nós aceitarmos aqui um, e outro e outro, porque vamos discriminar uns em relação aos demais? Por que eu vou atender, por exemplo, o Deputado Assis Carvalho, agora, e deixar de atender o Deputado Samuel? Nós vamos perder os critérios.

O que nós estamos querendo dizer é o seguinte: que nós possamos, com mais vagar, analisar um outro conjunto. Será o terceiro — porque nós tivemos o primeiro conjunto e o aprovamos, e hoje estamos aprovando o segundo conjunto, e aprovaremos o terceiro conjunto. Agora, a CPI também precisa dar conta das oitivas que nós precisamos realizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito!

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Então, o que nós queremos aqui... O nosso entendimento, e me parece que é o entendimento da Mesa — do Presidente e do Deputado-Relator —, é que houve amadurecimento e, então, nós deveríamos, a partir daí, caminhar. Até porque nós não poderemos votar muitos desses requerimentos — hoje, inclusive —, previstos no acordo, sem votação nominal. Nós teremos que fazer votação nominal, agora, de acordo de quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E nós vamos começar por eles.



O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Certo! Então, o que eu queria ver é se nós já prosseguiríamos, porque, o que vai acontecer: se nós não tivermos número suficiente para a votação nominal de quebra de sigilo, vamos inclusive tirar alguns do acordo. Porque nós fizemos acordos e não poderemos aprová-los, hoje, por falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A votação nominal tem que ser individualizada, não nominal, Deputado Paulo Teixeira; nominal, apenas se exigirem para tanto.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - É isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, a proposta — para fechar aqui, pelo que ouvi. Se eu encaminhar, depois passo a palavra... Eu queria, porque eu acredito que aqui se chegará ao consenso, Deputado...

V.Exa. já concordou com a inserção do Requerimento nº 71, que é do Deputado João Arruda; há o requerimento do Deputado Marcus Vicente, que é o de nº 72...

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Diante do acordo, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não, não! Presidente, me deixe colocar uma questão. O Requerimento de nº 71, do Deputado João Arruda, é um requerimento que é a convocação que tem a mesma natureza do Requerimento nº 13: Lício da Costa Raimundo... Requerimento nº 71 — Lício da Costa Raimundo.

Então, nós estamos aceitando pela natureza do requerimento, inclusive agradecendo a fala aqui do Deputado Raul Jungmann. Quanto aos demais, o que nós estamos pedindo é que eles possam ir para a mesma sessão. Inclusive, faço um apelo ao Deputado Marcus Vicente para que possamos analisar o Requerimento nº 72 numa próxima sessão — o Requerimento nº 71, do Deputado João Arruda, tem o mesmo conteúdo do Requerimento nº 13. Então, não há problema em acatá-lo e retirarmos aquele que a Deputada Erika Kokay pediu para retirar, que, se não me engano, é o Requerimento nº 75.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Marcus Vicente.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sobre o que o Líder Paulo está falando, veja bem, eu acho que então deveria ser fruto do acordo 24 horas antes da



publicação e da distribuição da pauta dos requerimentos. Então, cria um constrangimento para aqueles que forem colocados em segundo plano. Essa é a verdade! Então, um dia antes da reunião, deveria haver uma reunião para buscar um acordo. Aí, sim. Porque agora fica até uma situação complicada para os outros membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu faria um apelo ao Deputado Paulo Teixeira, para nós avançarmos com o Requerimento nº 72.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Presidente, é uma questão de método. Qual é a proposição nossa, a questão nossa? Nós chegamos a um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, é “sim” ou “não”, tem ou não tem.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Samuel Moreira; em seguida, Deputado Paulo Azi.

O SR. SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, veja, nós precisamos ser aqui muito claros. Se nós seguissemos a ordem dos requerimentos, estaríamos avaliando a convocação do Vaccari. Nós precisamos ser muito claros. Para nós é importante esse requerimento. Quer fazer um acordo? Precisa ser um acordo que contemple. Nós não deixaremos de apreciar o Vaccari num determinado momento, em seu requerimento. Nós vamos adiá-lo. Mas é preciso contemplar solicitações da Oposição. Eu estou pedindo aqui, desde o início, a convocação do Ministro. O Presidente do Conselho Nacional de Previdência. Não pode entrar. Quanto à data, nós estamos pedindo que a antecipe, para que possamos apreciar, e não pode antecipar. Fica muito difícil fazer um acordo assim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos fechar, Deputado Samuel Moreira. Há aqui vários requerimentos de sua autoria que estão sendo inseridos. Nós trouxemos o Alberto... Nós votamos o Alberto Youssef hoje. Eu acho que é uma grande conquista, porque o Alberto Youssef é colaborador, é delator, então ele vem para falar. Quanto à ponderação sobre o Vaccari, tenho a mesma posição sua: o Vaccari, o João Vaccari Neto terá que ser ouvido nesta Comissão. Mas hoje a postura do João Vaccari Neto é de não falar e de fazer uso do silêncio. Então, é preciso termos fatos mais concretos da ligação dele com os fundos de



pensão — porque o que existe hoje é superficial —, para que possamos realmente avançar. Saiba que a Presidência da Comissão está consciente dessa palavra de V.Exa., concorda e sabe que o prazo adequado virá a partir do momento em que nós tivemos informações mais sólidas. Porque ouvir o Vaccari hoje para ouvir que ele que fica em silêncio também não agregará muito. Ouvir o Youssef, que vem para ser delator, colaborador, explicar as relações que teve com fundos de pensão, aí sim agrega muito mais a esta Comissão e, quem sabe, dá até um fio de novelo. Porque o Youssef teve relações com a FUNCEF, teve com a POSTALIS, teve com a PETROS, teve com a Sete Brasil, além de várias e várias outras relações, como com o FIPs, com o FIDIC, com fundos de investimentos.

Então, eu acho que nós estamos avançando, e avançando bem, para vermos a questão de responsabilidades por parte de Ministros, não só o da Previdência como também de outros Ministros que, com certeza, tenham a ver com o tema.

Então, esse é o encaminhamento que faço. Se tiver o acordo...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quais itens ficaram, então, Presidente?

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Paulo Azi e Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Sr. Presidente, eu só quero chamar a atenção dos nobres Parlamentares e dos nobres colegas para o seguinte: esta CPI já funciona há 45 dias. O prazo desta CPI é de 120 dias, se não me engano. Portanto, nós já estamos perto de 40% do prazo de duração desta CPI, e esta é apenas a nossa segunda reunião deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Terceira.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Terceira, de aprovação de requerimentos? (Pausa.) A terceira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Uma a cada 15 dias, está bem, não é Deputado Paulo Azi? Não dá para ser toda semana.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Eu não sei qual é a dificuldade de nós avançarmos numa pauta extraordinária. Eu quero pedir a benevolência do Deputado Paulo Teixeira. Por exemplo, eu tenho nove requerimentos apresentados, e só um



contou com a benevolência do Deputado Paulo Teixeira. A Deputada Erika Kokay tem 13, e foram aprovados 7. Quer dizer, eu quero tratamento pelo menos parecido com o da Deputada Erika. *(Palmas.)* Agora, eu não vejo o porquê, Presidente, de não avançarmos para definição de uma data que atenda a todos. Acordo pressupõe negociação entre as partes. Se é imposição, não é acordo. Nós temos aqui dado demonstrações de que a CPI tem evitado entrar no embate político, e agora nós estamos sendo forçados a entrar no embate político.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esta é uma casa política, e, tenho certeza, o embate político existe. V.Exa. está corretíssimo.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Mas temos forçado a entrar, porque não faz sentido. Por exemplo, eu tenho uma solicitação de aprovação de requerimento do Sr. Marcos Valério, quem eu acho importantíssimo ser ouvido nesta CPI. Não sei por que a objeção de trazê-lo. Qual é a objeção em trazê-lo?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então, vamos votar na sequência, a começar pelo Vaccari, Sr. Presidente, já que não tem acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem acordo! Tem acordo, nós fechamos o acordo, e eu vou fazer esse encaminhamento para os senhores e as senhoras.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quais itens, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, estou dando uma verificada, eu sou autor dos Requerimentos nºs 86 e 87. Eu estou aqui verificando que, no de nº 86, o Sr. Milton de Oliveira Lira Filho já tem, além desta minha convocação, mais quatro requerimentos de convocação até então ainda não deliberados. Eu, portanto, compreendo, quando fiz esse requerimento... É porque o 86 e 87 têm uma correlação. Então, diante disso, eu queria propor a V.Exa. que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nós estamos aprovando o 87.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Pois é, mas eu queria propor exatamente isso. É que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É que o 86 tem pedido de retirada de pauta, então ele não pode ser objeto de consenso.



O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Pois é, a razão da minha intervenção é nesse sentido. A importância da aprovação do 87, para mim, é ele estar relacionado com o 86. Então, eu estou propondo a V.Exa. que seja retirado o 87 para a reunião deliberativa seguinte, porque eu tenho interesse na aprovação do 87, depois de aprovado o 86.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Está bom. Então, retirado também.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Raul Jungsmann com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Presidente, eu, ouvindo aqui a Oposição, queria fazer uma proposta no sentido de encaminhar uma solução: se possível, V.Exa. suspender por 10 minutos a sessão, que a Oposição quer discutir uma posição unificada. Eu acho que ajudaria no encaminhamento. Então, para que tiremos uma posição e apresentemos de forma conjunta, peço apenas 10 minutos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, suspensa a reunião, para discussão, por 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Retomada a sessão. Conversando com os membros da Oposição, acertamos antecipar uma sessão na nossa agenda de votação de requerimentos. Então, uma das audiências públicas que estava marcada terá a ordem trocada, invertida, para que possa ocorrer a votação de requerimentos, portanto, da agenda deliberativa que faremos.

Na agenda, havia audiência marcada para quinta-feira, dia 15. Então, na terça-feira, dia 13, nós faremos essa votação de novos requerimentos. Volto a dizer que até lá a nossa pauta está completa. Nada poderíamos fazer para agregar novas oitivas dentro dessa pauta. A Oposição fez a solicitação, e a Mesa fez um encaminhamento e o acatou, para que pudéssemos avançar.

Vou citar agora, nominalmente, os requerimentos que serão votados. O Requerimento nº 1 já foi aprovado. O requerimento é para que sejam tomadas as providências necessárias para que se convoque o Sr. Alberto Youssef.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, V.Exa. poderia transformar em autor todos os que têm requerimentos similares? Caso não possa, também é injusto aprovar o primeiro. Nós temos cinco ou seis autores de requerimentos para a convocação do Sr. Youssef. V.Exa. poderia submeter novamente...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Da forma que o Deputado Paulo falou, os requerimentos iguais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito!

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, como representante aqui tanto do Deputado Hissa Abrahão, porque nós somos do mesmo partido, eu quero dizer que eu apoio, acolho, não há nenhum problema em transformar em algo coletivo, pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, nós vamos adotar esse procedimento e citar os que se referem ao Sr. Alberto Youssef.

Item 13, que *“requer sejam tomadas as providências necessárias para que seja convidado o Sr. Lício da Costa Raimundo”*.

Item 19, do Sr. Paulo Azi, que *“solicita a convocação do Sr. Licio da Costa Raimundo — Diretor de Investimentos do Fundo de Previdência dos Funcionários da Petrobras — PETROS”*.

Item 23. Requerimento Sr. Sergio Souza, que *“requer a convocação do Presidente do Conselho Fiscal do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (POSTALIS), para prestar depoimento a esta CPI”*.

Item 25, que *“requer a convocação do Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS), para prestar depoimento a esta CPI”*.

Item 31, *“requer sejam tomadas as providências necessárias para que seja convidado o Sr. Maurício Marcellini Pereira”*.

Item 38, que *“solicita que esta CPI convoque o Sr. Robson Rocha, Presidente do Conselho Deliberativo da PREVI”*.

Item 39, que *“solicita que esta CPI convoque o Sr. Antônio Sérgio Oliveira Santana, Presidente do Conselho Deliberativo da PETROS”*.



Item 40, que *“solicita que esta CPI convoque o Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Presidente do Conselho Deliberativo da FUNCEF”*.

Item 43, *“requer a convocação do Sr. Alberto Youssef para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito”*, conforme já aprovado o item 1, para que todos os demais sejam autores.

Item 51. Requerimento nº 269, de 2015, do Sr. Índio da Costa, que *“requer a prestação de informação à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes — CPIFUNDO”*.

Esses requerimentos, que são os dos itens 51, 52, 53 e 57, têm igual teor. São quatro requerimentos, um para cada Fundo: um para a FUNCEF, um para a PETROS, um para a PREVI e um para o POSTALIS.

Item 59, do Sr. Sergio Souza, que *“requer a convocação da Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Dra. Julya Sotto Mayor Wellisch, para prestar informações e esclarecimentos que possam contribuir com os trabalhos investigativos desta Comissão”*.

Item 61 do Sr. Raul Jungmann, que *“requer que seja convocado o Sr. Fabrizio Dulcetti Neves, responsável pela Atlântica Asset Management, gestora contratada pelo POSTALIS, Fundo de Pensão dos Correios, para investir o dinheiro dos carteiros em títulos da dívida brasileira no exterior”* — e também da dívida da Venezuela e da Argentina.

Item 62, do Sr. Marcus Vicente, que *“requer a convocação do Sr. Eike Batista (Eike Fuhrken Batista da Silva), empresário e presidente do Grupo EBX, para prestar informações e esclarecimentos que possam contribuir com os trabalhos investigativos desta Comissão”*.

Item 63, do Sr. João Arruda, que *“requer convocação dos Srs. Eduardo Koelle e Carlos Augusto Salamonde, Presidente e Diretor, respectivamente, da Empresa BNY Mellon Brasil, para que venham explicar como colocaram em risco a aposentadoria dos carteiros e funcionários dos Correios, aplicados no POSTALIS, e*



não desempenhando seu papel de responsável pelos prestadores de serviços financeiros”.

Item 64, do Sr. Fernando Francischini, que *“requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Sr. Fabrizio Neves, ex-sócio da Atlântica Asset Managment, gestora contratada pelo POSTALIS para investir o dinheiro dos funcionários dos Correios, a fim de que preste esclarecimentos sobre negócios fraudulentos que resultaram em enormes prejuízos ao Fundo”.*

Item 65, que *“requer que a Polícia Federal encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito cópias de todos os inquéritos em curso relacionados às fraudes em fundos de pensão notadamente àqueles que envolvem o POSTALIS, o ex-Presidente Alexej Predtechensky, Fabrízio Neves, ex-sócio da Atlântica Asset Managment.*

Item 66, do Sr. Vitor Valim, que *“requer convocação do Sr. Eduardo Koelle, Presidente do BNY Mellon, para que venha explicar as responsabilidades de sua empresa como administradora de investimentos para fundos de pensão da previdência”.*

Item 69, do Sr. Raul Jungmann, que *“requer à Caixa Econômica Federal, aos Correios, à PETROBRAS e ao Banco do Brasil todos os relatórios e documentos relacionados às auditorias realizadas nos fundos de pensão FUNCEF, POSTALIS, PETROS e PREVI respectivamente, entre os anos de 2003 a 2015”.*

Item 70. Este item terá de ser votado de forma separada. Nominal apenas houver requerimento de votação para tal.

O item 70, do Sr. Sergio Souza, *“requer seja decretada a quebra de sigilo bancário e telefônico do Sr. Alexey Predtechensky, ex-Diretor Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos — POSTALIS, no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2012”.*

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, apenas para pedir a mesma coisa que pediu o Sr. Franceschini. Entramos igualmente como Relator com um pedido, aliás no mesmo dia em que ele estava prestando depoimento, para sermos considerados como coautores desse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - No momento da votação em separado desse, inseriremos o seu nome.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, não foi esse quem no final autorizou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Autorizou, mas tem de ser votado.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, então estou supondo que V.Exa. não vai tratar desse item agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esse item não no bloco. Votaremos o bloco e depois votaremos o Item 70, separadamente.

Item 71, do Sr. João Arruda, que *“requer convocação dos Senhores Lício da Costa Raimundo e Thaís Gaudino Brescia, Diretor e Coordenadora de Investimentos, respectivamente, da Empresa PETROS — Fundação Petrobras de Seguridade Social, para que venham explicar sua relação com o Banco BVA e suas coligadas”*.

Item 76, que *“solicita que esta CPI convoque a senhora Julya Sotto Mayor Wellisch, Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto à Comissão de Valores Mobiliários — CVM”*.

Item 77, que *“solicita que esta CPI encaminhe pedido de informações ao Ministério Público Federal sobre apuração do sub-relatório dos Fundos de Pensão, na CPMI dos Correios”*.

Item 78, que *“solicita que esta CPI convoque o Sr. Luiz Eduardo Carneiro, Diretor-Presidente da Sete Brasil”*.

Item 79, que *“solicita que esta CPI convoque o senhor Eduardo Adriano Koelle, Presidente para a América Latina e CEO no Brasil do Banco BNY Mellon”*.

Item 85, do Sr. Sergio Souza, que *“solicita à Presidência da Câmara a disponibilização de recursos financeiros para o custeio do servidor Guilherme Aiex Proença, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a fim de integrar a equipe de trabalho desta CPI”*.

Item 89, do Sr. Sergio Souza, que *“solicita à Presidência da Câmara a disponibilização de recursos financeiros para o custeio do Delegado Tácio Muzzi Carvalho e Carneiro, da Polícia Federal, a fim de integrar a equipe de trabalho desta CPI”*.



Em votação em bloco os seguintes requerimentos, por acordo e deliberação do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, antes de V.Exa. votar o item 70, peço a palavra. Serei bem rápido.

A Deputada Erika Kokay aprovou uns 15 “requerimentos de beatificação”, com chamamos na polícia. É aquele cara que vem para ser ouvido só para fazer a beatificação. Na hora em que V.Exa. for elaborar esta pauta, já que temos poucos dias, escolha aqueles que sabe têm crimes e fatos a contar, porque trazer pessoas para falarem bem do governo, para tomar o nosso tempo.

Era o que pretendia pedir a V.Exa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Temos tomado esse cuidado. A CPI caminha no rumo da investigação.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, só para registrar que acho que a mesma sensibilidade de Sr. Francischini tem, a Sra. Erika Kokay também tem no sentido de fazer as investigações devidas. Então, por uma questão de boa convivência, acho que todos merecem o meu respeito, porque todos têm o mesmo interesse. Tanto Erika Kokay quanto Francischini, tenho certeza, querem alcançar bons objetivos nesta Comissão. Então, espero que todos sejam bem tratados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos votar o item...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pela ordem, Deputado Raul Jungsmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Serei muito rápido, Sr. Presidente.

A pedido da bancada de oposição, nós faremos uma reunião aqui na sede da Liderança do PPS após o término desta reunião. Foi feito um pedido pelos colegas de oposição para que fizéssemos uma reunião — a sala da Liderança do PPS fica exatamente aqui atrás —, então faremos uma assim que terminar esta reunião, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito! Estaremos presentes.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, é apenas uma pergunta regimental. Na última reunião, o Deputado Arnaldo Faria de Sá defendeu a interpretação regimental de que quebra de sigilo tem que ser por votação nominal. Indago a V.Exa. qual é o entendimento desta Mesa em relação à quebra de sigilo. Foi nominal...

(Não identificado) - Ela é individual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Secretaria já informou. A quebra de sigilo tem que ser obrigatoriamente votada em separado. É uma votação exclusiva. Se alguém discordar, tem o direito de pedir verificação da mesma — se alguém discordar do teor do requerimento —, salvo o contrário, ela é simbólica. Aqueles que quiserem, inclusive de forma simbólica, registrar o voto contrário, a Mesa também o registrará.

Item 70 da pauta.

Requerimento nº 335, de 2015, do Sr. Sergio Souza, que *“requer seja decretada quebra dos sigilos bancário e telefônico do Sr. Alexey Predtechensky, ex-Diretor-Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos — POSTALIS, no período de Janeiro de 2006 a dezembro de 2012”*.

Para discutir, com a palavra o Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu sei que o objetivo do nosso Relator é identificar aquele depósito suspeito no exterior. Então, a minha proposta é que a gente estenda quebra dos sigilos bancário e telefônico ao Sr. Fabrizio Neves, que supostamente foi quem fez o depósito através da sua agência, que está sendo investigada. Ele já está identificado, com certeza, criminalmente, pelos crimes que cometeu, inclusive fez acordo nos Estados Unidos para devolver dinheiro do POSTALIS que foi para os Estados Unidos. Então, seria para colocar, antes de se votar nominalmente, também quem cometeu. Se a gente já está quebrando o sigilo de uma autoridade, que dirá do bandido que até já fez acordo. Não vejo por que não quebrar o sigilo dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Relator, Deputado Sergio Souza.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, eu concordo com Deputado Francischini. No entanto, nós temos que ter certa segurança de que não vai ser derrubado um requerimento desses no Judiciário.

No caso do Sr. Alexey, ele esteve aqui nesta Comissão e concordou sobre isso com a gente. Ele perguntou aqui, durante a nossa reunião, se seria possível, e por isso nós o fizemos. Porque nesses casos de quebra nós temos que ter uma boa motivação. Não estou dizendo que nós não temos. Eu acho que até nós temos, mas nós temos que construir isso e colocar, inclusive, na justificativa do requerimento, porque o requerimento será objeto de uma eventual ação para não dar ou para limitar o poder desta Comissão de ter acesso a esses dados.

Então, eu gostaria de dizer o seguinte. Não me importo em que votemos o outro requerimento, mas neste caso específico, como já há uma predisposição do Sr. Alexey, nós não teríamos nenhuma restrição nesse sentido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O Fabrizio já está marcado, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO ROCHA - Só para reforçar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só para só explicar, Deputado Rocha, e passo a palavra, na sequência, para o senhor. O Fabrizio Neves foi convocado, foi aprovada a convocação dele agora, neste momento. Compartilho, inclusive, do mesmo sentimento de V.Exa., Deputado Francischini. Agora, quando falamos de fundamentação, há muitos requerimentos que já existem e outros que vão chegar. Os requerimentos de quebra de sigilo precisam ser extremamente bem fundamentados para não serem derrubados na Justiça.

Quando V.Exa., Deputado Fernando Francischini, fala que tem um acordo lá nos Estados Unidos que ele já fez, eu também tenho conhecimento dessa informação. Agora, eu não tenho ainda em mãos esse acordo. Eu também não posso confiar em notícias de jornal. Nós já fizemos ofício solicitando às autoridades americanas para que possam nos colocar à disposição essas informações. Então, é nessa linha. Há notícia, inclusive, de que o Sr. Fabrizio Neves estaria foragido. Também não tenho essa informação de forma verídica. Qual será o procedimento? Nós vamos fazer a agenda dele, salvo engano, já para a terça-feira próxima. Se ele



não aparecer na CPI, ele passará à condição de acusado; pior ainda, de acusado foragido. E aí estarão justificadas quebras dos sigilos bancário e telefônico.

Eu sei que às vezes a ansiedade é muito grande. O debate político na Câmara, na tribuna, às vezes acontece até de forma mais informal, mas aqui, como se trata de uma comissão de investigação, as formalidades e os ritos têm que ser observados, sob pena de gerar nulidade dos trabalhos da Comissão nas instâncias judiciárias.

Então, tenha convicção de que quero chegar ao mesmo resultado que os senhores. Agora, tenho o cuidado de obedecer a esse rito para que depois não tenhamos apenas uma vitória de Pirro: aprovarmos o seu requerimento para depois ele ser derrubado na Justiça.

Quem pediu a palavra foi o Deputado Rocha. Está satisfeito? *(Pausa.)*

Em votação o Requerimento nº 335, de 2015.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Encerrada, por enquanto, a pauta, vamos falar da agenda da próxima semana: na terça-feira, se preparem, virá o Presidente do BNY Mellon, Sr. Eduardo Koelle, para falar das suas relações com o próprio Fabrizio Neves e com a Atlântica Asset Management, e também com o POSTALIS, e sobre a venda e compra de títulos do exterior, inclusive da Venezuela e da Argentina; na quinta-feira, teremos a CVM, o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, para falar sobre os autos de fiscalização e infração nos fundos de pensão, como FUNCEF e outros; na terça-feira seguinte, no dia 06 de outubro, há convocação do Sr. Ferraz, ex-Presidente da Sete Brasil; no dia 8, o Sr. Fabrizio Neves, da Atlântica Asset. E já na outra terça-feira, dia 13, uma nova sessão deliberativa de requerimentos. Não está tão longe quanto os senhores disseram. São apenas quatro audiências.

É por isso que a Presidência sempre faz esse diálogo, para ver que estamos caminhando no melhor rumo. Essa é a agenda.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Raul Jungmann com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, duas observações. No caso do requerimento do Sr. Deputado Vitor Valim a respeito do Sr. Eduardo Koelle, eu pediria para subscrevê-lo, porque o Requerimento nº 8 é da Deputada Carmen Zanotto, que eu aqui substituo. Então, é a mesma coisa: ser considerado coautor. O requerimento é o mesmo, apenas foi aprovado o dele. Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Concordo. Qual é o item, Deputado?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - É o item 8.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Item 8.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E, no caso da proposta do Relator, nós também pedimos a coautoria. É o item 70, se eu não me engano. Como coautor. É o caso do Sr. Predtechensky.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como coautoria. Foi tratado aqui e vai ser inserido na ata.

E o do Sr. Predtechensky, Deputado Sergio Souza, acredito que também estão inseridas no requerimento as empresas *offshore* e *trust* que estão no CPF dele, no exterior.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E convido a Oposição para nos reunirmos aqui no PPS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos...

Só pra concluir a agenda, no dia 13, deliberação de requerimentos, e, no dia 15 de outubro, o Sr. Alberto Youssef.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária para tomada de depoimento do Sr. Eduardo Adriano Koelle, Presidente para a América Latina e CEO no Brasil do BNY Mellon, a realizar-se no dia 29 de setembro, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Está encerrada a presente reunião.